


IGREJA CATÓLICA. Papa, 1572-1585 (Gregório XIII)

Sanctiones apostolicae extrauagantes et regulae cancellariae sanctissimi domini nostri Domini Pij diuina prouidentia Papae Quinti & quaedam aliae sanctiones aliorum summorum pontificum admodum vtilis. - Olisipone : apud Antonium Gundisaluuum, 1570. - [6], 120, [1] f. ; 4° (21 cm). - Ass.: []/4, A-P//8. - Erro de foliação: f. 45 por 47. - O verso da capa reproduz um documento judicial, em francês antigo, relativo a um processo decorrido na Bretanha no início do século XVI (uma das partes identificadas produz como prova uma cópia de um documento feito em 1495), entre Raoul Grosseteste, senhor de Queugney, e Pierre de Kergouët, senhor de La Cornillière. Este fragmento diz respeito a uma etapa procedimental do processo, PTULFL: RES 261. - Enc. em perg., capa mole, PTULFL: RES 261. - Pert.: «Jacinto Cortes da Sylveira», PTULFL: RES 261. - Estado de conservação verificado : restauro químico e mecânico; 20061229; encadernação moderna, PTULFL: RES 261. - Anselmo 692. - Gusmão 936. - Cat. Res. Coimbra 1909. - BN. - Obra digitalizada a partir do original.



A descoberta pelo Arquivo Histórico da FLUL de um documento manuscrito em pergaminho servindo de capa a *Sanctiones Apostolicae Extravagantes, et Regulae Cancellariae Sanctissimi Domini nostri Domini Pij diuina prouidentia Papae Quinti, & quaedam aliae Sanctiones aliorum summorum Pontificum admodum vtilis*, livro em latim impresso em Lisboa em 1570 na oficina de António Gonçalves, é inspirador de um possível inquérito transdisciplinar. Trata-se, todavia, de um fragmento, o que restou das mutilações efectuadas aquando da encadernação (em capa mole, sem reforço no interior). Em letra dos inícios do século XVI, fez parte de um processo judicial ocorrido na Bretanha, nele se fazendo referência a registo anterior, de 1495. Estes dados, confirmados numa peritagem dos Professores Bernardo Sá Nogueira (Lisboa, Faculdade de Letras da UL) e Marc Smith (Paris, École Nationale des Chartes), permitem desenvolver algumas hipóteses de interesse histórico.

Está-se perante uma questão envolvendo dois nobres bretões, Raoul Grosseteste, *seigneur de Queugney*, e Pierre de Kergouët, *seigneur de La Cornillière*, localizados na região de Maroué, conforme inventários da época, sobretudo levantamentos de fogos por paróquia e listas de homens armados. Uma consulta a processos e outros registos de chancelaria de tribunais regionais e centrais poderá permitir alargar o conhecimento sobre propriedades, jurisdições, transmissões e contendas, envolvendo estes nobres e os seus interesses. Deve atender-se à época conturbada pela luta que o Ducado da Bretanha, com instituições de governo e de administração próprias (Estados, Parlamento, etc.), desenvolve pela sua autonomia em relação ao Rei de França, agudizada no último quartel do século XV. O processo político, antes e depois do Tratado da União de 1532, repercute-se intensamente no funcionamento institucional e em particular no exercício da justiça, nos trâmites processuais de causas de primeira instância e de apelações a

tribunais de última instância. Que caminhos pode ter seguido o processo de que se possui apenas um fragmento? Por que vias chegou a Portugal?

Tratar-se-á de um documento original ou de uma cópia em pergaminho? Autenticado/a ou não? Guardado em espólio particular ou público? Desmembrado e talhado em que circunstâncias? Por vandalismo, natural selecção e destruição de arquivo institucional ou para comércio de material? Configurado para encadernação simples? A mando de quem e por quem? Partindo da hipótese que ao livro impresso em 1570 em Lisboa, na oficina de António Gonçalves, se seguiu de imediato a encadernação, terá sido uma iniciativa do livreiro? De João Lopes, que em 1588 exercia as funções de livreiro directamente relacionado com o Arcebispo de Lisboa? Imprimindo-se as *Sanctiones* com o aval do detentor desta dignidade em 1570, o Cardeal D. Henrique (cujas armas constam do frontispício), não repugna acreditar haver semelhante relação de proximidade de interesses, já então, entre impressor e livreiro. Por outro lado, constitui mais uma hipótese plausível ter-se utilizado na capa material da oficina do próprio impressor (aplicando um pergaminho de origem bretã...). Com oficina própria e no activo desde 1566, conhece-se a utilização que António Gonçalves fez de portadas e de letras iniciais de fantasia anteriormente utilizadas por Germão Galharde. Antigo obreiro deste bem creditado impressor régio de origem francesa actuante em Lisboa seguramente entre 1519 e 1560, terá podido obter material desta oficina junto da viúva do seu mestre, ela própria na gerência ainda em 1564.

Maria Leonor García da Cruz
Docente e investigadora da FLUL e CHUL